Como as democracias não morrem? papel das ações socioeducativas na justiça eleitoral

ALEXANDRE MEIRA DE OLIVEIRA

CORAL HERCULANO AMIM

Sobre os autores:

Alexandre Meira de Oliveira. *Servidor do TRE-RJ, voluntário do Programa Eleitor do Futuro, Mestre em Ciências Sociais pela UERJ, professor de Sociologia da SEEDUC-RJ.*

Coral Herculano Amim. *Servidora do TRE-RJ, voluntária do Programa Eleitor do Futuro, Bacharel em Direito pela UNESA.*

RESUMO

A partir da análise aprofundada da obra "Como as Democracias morrem" de Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, que descreve o reconhecido e atual "colapso", nas mais diversas nações da Europa e da América Latina, destaca-se a importância do reposicionamento das instituições democráticas com vistas a autopreservação, promovendo o fortalecimento da imagem institucional e do senso responsabilidade social. Conclui-se pelo fortalecimento da democracia por meio da educação eleitoral e da promoção do exercício consciente da cidadania, pautado em ações motivadas em levantamento de dados relativos ao alistamento eleitoral facultativo e o censo populacional da respectiva localidade.

Palavras-chave: Democracia, Programa Eleitor do Futuro, Ação socioeducativa

ABSTRACT

From the analysis of the work "How Democracies Die" by Steven Levitsky and Daniel Ziblatt, which is a description of the recognized and current "collapse" in the most diverse nations in Europe and Latin America, the importance of the repositioning of institutions is highlighted democratic with the objective of self-preservation, promoting the strengthening of the institutional image and the sense of social responsibility. It concludes with the strengthening of democracy through electoral education and the promotion of the conscious exercise of citizenship, based on actions motivated by collecting data related to the optional electoral enlistment and the population census of the respective locality.

Keywords: Democracy, Elector of the Future Program, Socio-educational action

Os autores Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, cientistas políticos da Universidade de Harvard nos Estados Unidos, debruçaram-se durante vinte anos sobre a historiografia que contempla os regimes democráticos no mundo ocidental para tentar compreender o seu reconhecido e atual "colapso", nas mais diversas nações da Europa e da América Latina. As conclusões de todo esse trabalho vieram na obra "Como as Democracias morrem", em que há uma profícua análise acerca do futuro político das democracias. E as conclusões não foram nem um pouco lenitivas, elas beiram a distopia.

Na obra, constata-se que o uso atual de tecnologias para produção das chamadas *fake news* – desinformação em massa – com finalidades partidárias e eleitoreiras, a produção industrial de teorias da conspiração e a fabricação de mentiras com a clara intenção de denegrir biografias e destruir reputações, estão no cerne das disputas políticas nesse início de século. E suas consequências podem ser vistas mais claramente nessa virada de década. A invasão do Capitólio no último dia 06 de Janeiro, por partidários, muitos deles armados, de Donald Trump, após a confirmação de sua derrota nas urnas é apenas um dos efeitos visíveis do que pode-se chamar de recessão democrática, na civilização ocidental. Mas isso não é um efeito "natural" a qual as democracias vem se submetendo.

A história da humanidade parece render-se mais uma vez a sua incansável pulsão de morte, que permeou os últimos seis a sete mil anos de trajetória do *Homo sapiens,* conforme prega o filósofo britânico John Gray, para quem "a súbita extinção de modos de vida é a norma humana", fazendo agora obscurecer heranças da vitória iluminista como a democracia representativa. Há em curso um novo modelo de interrupção democrática que dispensa golpes de estados à *manu militari* e suas baionetas, e por grave, ainda, vale-se da própria democracia para ser gestada em seus interiores. Isto porque os chamados "ditadores" desse novo processo de desdemocratização são criados e promovidos dentro dos partidos políticos. Diga-se de passagem, partidos políticos estes que são a expressão máxima da pluralidade democrática. É um processo relativamente novo e que obviamente levanta inúmeros questionamentos.

Por isso a pergunta candente hoje é: Como a ascensão de um candidato, em essência, antidemocrático, antipartidário, e muitas vezes anticivilizatório, pode ocorrer justamente dentro de um partido político, cuja existência primordial se dá em nome da defesa de valores da própria democracia, a qual está inserida?

O diagnóstico dos professores de ciência política em Harvard, e autores, é de que as "democracias podem morrer não mais nas mãos de generais, mas de líderes eleitos – presidentes ou primeiros-ministros que subvertem o próprio processo que os levou ao poder". Talvez por isso, ainda, chamem a atenção para algumas características a que os partidos políticos devem estar atentos para não cerrarem em suas fileiras candidatos e lideranças políticas de comportamento ou predisposição autoritária. Mas uma delas é de suma importância para o papel que a Justiça Eleitoral, enquanto justiça da democracia, deve desempenhar esse século. Além de trazer muitas explicações sobre o atual momento político a que o Brasil e as democracias de outros países estão vivendo. Qual seria?

Eis que a constante e manifesta *rejeição das regras do jogo democrático,* em seus mais variados matizes, tem potencial máximo, como característica a ser notada pelas lideranças dos partidos políticos entre seus quadros, para comprometer o jogo democrático. Some-se a isso a manifestação do expresso desejo de violar ou não aceitar a Constituição, e as consequentes tentativas de minar a legitimidade de eleições comprovadamente limpas e sérias por parte dessas figuras. Tais considerações além de assustar os amantes da democracia jogam luz sobre o debate necessário acerca da importância de se manterem as instituições fortalecidas, principalmente as que lidam com procedimentos e processos eleitorais. A saber, o Brasil, onde há uma Instituição quase centenária como a Justiça Eleitoral, é de urgente importância, vez que anda sob constante ataque de credibilidade por parte de campanhas de desinformação principalmente em relação as urnas eletrônicas. Mas as democracias não podem resistir a isso?

A grande observação que se depreende da necessidade de se preservar regimes democráticos é que a democracia pressupõe basicamente um sentimento de tolerância mútua de seus pares. E que, para além disso, haverá sempre a necessidade urgente de tornar esses valores sutis das democracias, visíveis aos mais diversos povos e seus

eleitores. Convive-se com uma compreensão inane de um sentido etéreo da democracia em nações em formação como o Brasil, com históricos de violência política, negação de direitos civis e escravidão. Compreende-se por estas terras a democracia como um mero processo burocrático, sem qualquer valoração abstrata, e que muitas das vezes pode perder o sentido "prático" em tempos de crises sob essa perspectiva. Nada tão equivocado, e o problema está justamente aí.

Como já alertava o historiador inglês Eric Hobsbawm: "enfrentaremos os problemas do século 21 com uma coleção de mecanismos políticos dramaticamente inadequados para lidar com eles". Para tal é imediato entendermos que quando as normas de tolerância mútua tornam-se frágeis, via bombardeio de desinformação ou a promoção interna de algozes, "é difícil sustentar a própria democracia". Os autores de "Como as Democracias morrem" apontam que há uma percepção crescente de que a democracia está recuando em todo o mundo. Por isso o termo recessão democrática. Para os autores, países como os Estados Unidos - a obra foi publicada ainda durante a vigência do mandato de Donald Trump - e o Brasil são democracias que podem estar a caminho do declínio se algo não for feito, principalmente do ponto de vista institucional, em nome de sua preservação, e para impedir, sobretudo, a ascensão ou o fortalecimento de governantes populistas e demagogos com forte viés autoritário. Mas sob qual contexto tais figuras ganham força?

Geralmente acarretadas por tensões econômicas ou conflitos sociais nesses países e há exemplos inúmeros da história mundial, demagogos populistas aproveitam o clima de terra arrasada de nações assoladas por crises políticas, econômicas e sociais, para apresentarem discursos *antiestablishment*, ganharem a confiança do povo e se elegerem sob um discurso contra as instituições que democraticamente o elegeram.

Ocorre que a crise de representatividade pelo qual passam os partidos políticos, muitos deles inundados de representantes que estão fora de notoriedade, faz com que eles acabem se valendo da força de demagogos. Pois, carentes do apoio da população, encontram nessas figuras, habilidosos em proferir discursos simplistas, mas de fácil comunicação e muitas vezes autoritários, a possibilidade de ascender ao poder.

A legitimação de figuras autoritárias dentro dos partidos, contudo, apenas os

fortalecem popularmente e de forma irrefreável, de modo que a autonomia do partido é enfraquecida aos poucos, como ocorreu em 1933, na Alemanha de Adolf Hitler, e em 1999, na Venezuela de Hugo Chavéz. Há uma falsa noção de que demagogos podem ser utilizados para fortalecerem partidos através do apoio popular que vem a reboque, mas o efeito inverso é o que a historiografia comprova.

Subestimados por legendas políticas e políticos tradicionais, estes ingenuamente passam a acreditar que podem colocar rédeas em suas ações.

Segundo tais autores este erro estratégico leva a uma escalada autoritária destas figuras que buscam se perpetuar no poder à revelia da preservação das instituições democráticas, o que pode ser fatal para todo o sistema.

Líderes partidários são os únicos capazes de frear indivíduos com traços autoritários com uma certa antecedência, se estes já compõe seus quadros, a fim de os manterem distantes das eleições. Porém, para que isso aconteça, é preciso que o apreço à democracia seja superior ao anseio de alcançar o poder por parte destes mesmos partidos políticos. E é aí que entra o fomento à percepção popular do que é a democracia de fato, e sua compreensão genuína, como forma de evitar a "morte das democracias", e que pode ser feito pelas próprias instituições democráticas, junto aos futuros eleitores e futuros políticos. Eleitores cidadãos em formação, cuja mentalidade profundamente democrática proporcionará tanto o voto consciente como os valores éticos de quem quer que seja.

Para o funcionamento do Estado Democrático de Direito, os governantes, políticos e candidatos, para além da obediência inequívoca à Constituição, precisam respeitar regras não escritas, que normalmente regem o processo democrático da nação, em respeito ao seu regular funcionamento. Há um princípio-chave para manutenção da democracia que se chama 'tolerância mútua', mencionado linhas atrás. O aspirante a cargo político deve enxergar e respeitar seus oponentes também políticos como legítimos integrantes, adversários, de uma arena democrática. Como dito anteriormente, enxergar adversários como inimigos inabilita o jogo democrático, diplomático, que é uma característica intrínseca de toda e qualquer democracia. E para que isso funcione é preciso que o apreço a esta democracia ganhe um valor agregado em termos de compreensão iluminista,

abstrata, junto a população.

É esse "valor agregado" que precisa ser difundido para e pelos cidadãos para que possam preterir interesses eminentemente individualistas e pessoais no exercício do sufrágio ou qualquer outra interpretação da Democracia, para então priorizar a liberdade democrática de seus países. A divisão dos poderes, sua independência, e a existência da oposição garantem o equilíbrio para que líderes extremistas não assumam o controle das decisões inerentes ao país valendo-se da própria democracia. Há uma luta a ser travada contra uma espécie de aparente "servidão voluntária" ao totalitarismo e seus tiranetes, sedimentada por séculos e séculos de violência escravista, patriarcado supremacista e oligarquias genocidas dentro deste país, Brasil. O conceito de servidão voluntária, aliás, foi desenvolvido em 1549 pelo filósofo francês Étienne de La Boétie, para quem "a primeira razão da servidão voluntária é o hábito" e que, portanto, "temos de procurar saber como esse desejo teimoso e potencial de servir se foi enraizando a ponto de o amor à liberdade parecer coisa pouco natural". Assim as ditaduras se impõe e as democracias morrem.

Apesar de todo o avanço institucional da Justiça eleitoral, sejam os avanços tecnológicos em seus procedimentos, sejam através da implantação da urna eletrônica e do voto biométrico, há ainda que se discutir e muito os desafios do novo milênio para a Justiça Eleitoral brasileira. De forma que urge destacar o fomento a educação e o papel da Justiça Eleitoral junto ao seu eleitorado mais jovem como forma aguda de preservação da democracia e dos valores democráticos a longo prazo. Papel esse exercido hoje pelas Escolas Judiciárias do país. Faz-se necessário um maior planejamento de atuação junto a setores da sociedade, vítimas mais vulneráveis aos ataques às instituições democráticas, como forma de colaboração da Justiça Eleitoral nesse processo de aproximação com a sociedade em geral. Um trabalho que além de vislumbrar a autopreservação tem como base a bela missão de conscientizar a população do exercício do voto limpo, livre e consciente, para que cumpramos nosso papel institucional de apoio a uma educação cidadã no país.

A democracia não se perpetua sem uma educação cidadã. Cabe então à Justiça Eleitoral, por meio das Escolas judiciárias eleitorais, arregimentar forças em um processo de aproximação com a população e a sociedade em geral de modo a conscientizá-la sobre

a democracia, a cidadania e o exercício do voto. Tal processo deve ser irrefreável e irreversível e já vem acontecendo nas duas últimas décadas de forma mais ou menos regular. O que é preciso é dar o peso e a urgência necessárias a essa aproximação cada vez maior do Poder Judiciário com a população.

O Programa Eleitor do Futuro nasceu em 2004 no Tribunal Superior Eleitoral para estimular a participação cidadã de crianças e adolescentes no processo eleitoral. As escolas judiciárias, do TSE e dos TREs, são responsáveis hoje por gerir e executar o projeto que é feito mediante a ação voluntária de servidores além da parceria com agentes e instituições públicas e privadas de ensino. O convite que o programa Eleitor do Futuro faz é para uma compreensão do processo democrático junto a difusão de valores e conceitos primordiais como Ética, Política, Cidadania, noções de Estado e separação de poderes, o papel da Justiça Eleitoral e o combate a Desinformação. A desconstrução da ideia de democracia como processo burocrático intermitente e restrito ao voto nas eleições é feito com a associação de tais temas e a discussão profícua acerca da construção de uma identidade democrática mais atual e sobretudo atuante. Isso inclui atividades diversas, como aulas, palestras, debates e simulação de votação. Em todos os casos há também a distribuição de material socioeducativo sobre esses temas.

Norberto Bobbio, em sua obra *O futuro da democracia*, considera que a apatia política dos cidadãos compromete inapelavelmente o futuro da democracia. Isso pode ser observado hoje inclusive em países de grande tradição democrática, desenvolvidos ou não. Bobbio é certeiro ao justificar esse fenômeno, a falsa ideia de que há promessas não cumpridas pela Democracia, por parte de setores das populações desses países. E é nesse ponto que o autor cita o relativo fracasso da educação para a cidadania no século XX, o que permite uma espécie de subentendimento do papel e do jogo que a Democracia propõe, de modo que, por vezes, os cidadãos de hoje se apropriem de valores autoritários, já constantes em sua história, abrindo mão de suas liberdades como salvaguarda para mazelas que não são da democracia em si, mas de suas próprias realidades sociais, econômicas e políticas.

Para a próxima década a Justiça Eleitoral Fluminense, por exemplo, através de sua Escola Judiciária, busca reformular seus projetos educacionais eleitorais com objetivo de

tornar mais eficiente o impacto de suas ações socioeducativas. O objetivo é organizar eventos que aumentem a participação política dos jovens. Neste sentido, serão realizadas atividades em 4 cidades localizadas no interior do estado, sendo três em anos não eleitorais e uma em ano eleitoral. As cidades serão escolhidas de acordo com o percentual crescente de adesão de jovens ao cadastramento eleitoral facultativo e os eventos incluirão atividades simultâneas, em escolas, repartições e locais abertos ao público, objetivando a mobilização da comunidade local. A ideia principal é combater a baixa adesão ao alistamento eleitoral promovendo o gosto pelos valores da democracia, evitando a aproximação destes jovens a práticas como o voto de cabresto, compra de voto, etc.

Espera-se, dentre os resultados previstos, a elevação no percentual de adesão de jovens da municipalidade ao cadastramento eleitoral facultativo, com aferição do indicador antes e depois da realização da ação (cálculo do indicador: razão entre o número de eleitores alistados e o número de habitantes projetados pelo IBGE entre 15 e 19 anos-, por município). Espera-se também o fortalecimento da consciência crítica e da participação política, estimulando o exercício consciente da cidadania, além do fortalecimento do senso de responsabilidade social por parte do quadro de servidores. O fortalecimento do engajamento social institucional e fortalecimento da imagem institucional são vistas como primordiais para a plena execução do projeto.

Note-se que todas essas adequações de método visam não só o aumento quantitativo de adesão, ou o nível de comprometimento institucional, mas a longo prazo, por exemplo, pode-se auferir se houve uma mudança na percepção social acerca dos valores da democracia a medida que esses jovens se tornem eleitores plenos, através de pesquisas de opinião, junto a uma localidade (município) ou até em todo o Estado. Ressalte-se que nos últimos 5 anos no Brasil, pesquisas de opinião deram uma quantidade relevante de pessoas no Brasil que consideravam irrelevante se o país era uma democracia ou não.

Cabe à Justiça Eleitoral produzir um contínuo processo de aperfeiçoamento educacional para o voto ou, de forma mais procedural, potencializar a promoção da educação para a cidadania, por meio de projetos institucionais e sociais que envolvam a aproximação com o eleitor e trate da pedagogia e da importância do voto consciente.

Bibliografia:

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. Como as democracias morrem. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

GRAY, John. A anatomia de Gray. Rio de Janeiro: Record, 2011.

HOBSBAWM, Eric. Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LA BOÉTIE, Étienne. Discurso Sobre a Servidão Voluntária (1549). L.C.C. Publicações Eletrônicas, 2006.